

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALBERTH DOS SANTOS OLIVEIRA**

**O PAPEL DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO EM  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COOPERATIVAS:**

**Um estudo sobre as informações contábeis relevantes aos associados**

Porto Alegre

2020

ALBERTH DOS SANTOS OLIVEIRA

**O PAPEL DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO EM  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COOPERATIVAS:**

**Um estudo sobre as informações contábeis relevantes aos associados**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Contábeis, pelo Curso de Graduação da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

Orientador: Prof. Ms. Alcides Brugnera

Porto Alegre

2020

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar as demonstrações apresentadas no relatório anual de uma instituição financeira cooperativa por meio da relevância e do teor das informações para atender o princípio do cooperativismo, que é a transparência da gestão. Utilizou-se uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. A partir dos relatórios divulgados, analisou-se o conteúdo das informações e sua importância para os usuários internos e externos. Concluiu-se que as demonstrações financeiras divulgadas atendem à legislação vigente, aos princípios do cooperativismo, às normas e aos pronunciamentos contábeis, evidenciando a real situação econômica e financeira da cooperativa aos seus associados. As informações são disponibilizadas com o relatório anual no *sítio* eletrônico da instituição, e são apresentadas na assembleia geral de núcleos, que é realizada nos quatro primeiros meses de cada ano, quando os itens são discutidos com os associados e é votada a prestação de contas. O Sistema Sicredi divulga, igualmente, o relatório de sustentabilidade consolidado e o relatório do fundo social, que são demonstrações não obrigatórias, mas de similar relevância para a avaliação do impacto social.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Cooperativismo de Crédito. Demonstração Financeira.

## **ABSTRACT**

This work aimed to evaluate the statements presented in the annual report of a cooperative financial institution through the relevance and content of the information to meet the principle of cooperative management transparency. In the study a qualitative documentary and bibliographical research was used. From the reports disclosed the content of the information was analyzed, as well as its importance for internal and external users. It was concluded that the financial statements disclosed comply with the current legislation, the principles of the cooperative, and the accounting standards and pronouncements evidencing the real economic and financial situation of the cooperative to its members. The information is made available on the institution's electronic site, through the annual report, and is presented at the nucleus general meeting, held in the first four months of each year, where the items are discussed with the members and the rendering of accounts is voted, in addition to the other items on the agenda, according to the Call Notice. The Sicredi System also publishes the consolidated sustainability report and the social fund report, which are not mandatory but relevant to the social impact assessment.

**Keywords:** Corporate Governance. Credit Cooperativism. Financial Demonstration.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	23
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional .....	12
Figura 2 - Representação da classificação das sociedades cooperativas .....	14
Figura 3 - Estrutura Básica de Governança Cooperativa .....	16
Figura 4 - Tabela de Análise Vertical e Horizontal .....	20
Figura 5 - Balanço Patrimonial.....	33
Figura 6 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido .....	35
Figura 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa.....	37
Figura 8 - Demonstração de Sobras ou Perdas.....	39
Figura 9 - Relatório do Fundo de Desenvolvimento Social .....	40
Gráfico 1 - Destinação por cidade .....	41
Gráfico 2 - Destinação por iniciativa .....	41
Gráfico 3 - Cidades por entidade .....	42
Quadro 1 - Relatório da Administração .....	31
Quadro 2 - Nota 01 .....	43
Quadro 3 - Parecer dos Auditores Independentes .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DSP	Demonstração de Sobras ou Perdas
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
RS	Rio Grande do Sul
SFN	Sistema Financeiro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	9
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	10
1.3 PROBLEMA.....	10
1.4 OBJETIVOS .....	10
<b>1.4.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>10</b>
<b>1.4.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>11</b>
1.5 JUSTIFICATIVA .....	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	12
2.2 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA .....	13
<b>2.2.1 Classificação das Sociedades Cooperativas .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.2 Cooperativismo e Desenvolvimento Socioeconômico.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2.3 Governança Cooperativa .....</b>	<b>15</b>
2.2.3.1 A contabilidade das cooperativas.....	17
2.2.3.2 Plano de contas .....	18
2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	19
<b>2.3.1 Usuários Internos e Externos.....</b>	<b>20</b>
2.3.1.1 Relatório de gestão .....	21
2.3.1.2 Balanço patrimonial .....	22
2.3.1.3 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	23
2.3.1.4 Demonstrações dos fluxos de caixa.....	23
2.3.1.5 Demonstrações de sobras ou perdas .....	24
2.3.1.6 Fundo de desenvolvimento social .....	24
2.3.1.7 Notas explicativas .....	25
2.3.1.8 Parecer dos auditores independentes .....	25
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>26</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	26
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE.....	27
3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	27
3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO .....	28

<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>29</b>
4.1 SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS .....	29
<b>4.1.1 Assembleias, Coordenadores e Núcleos</b> .....	<b>29</b>
4.1.1.1 Reuniões e assembleias de núcleo .....	29
4.1.1.2 Coordenador de núcleo .....	30
4.1.1.3 Núcleos .....	30
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DIVULGADOS .....	30
<b>4.2.1 Sobre o Relatório da Administração</b> .....	<b>31</b>
<b>4.2.2 Sobre o Balanço Patrimonial</b> .....	<b>31</b>
<b>4.2.3 Sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b> .....	<b>34</b>
<b>4.2.4 Sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa</b> .....	<b>36</b>
<b>4.2.5 Sobre a Demonstração de Sobras ou Perdas</b> .....	<b>38</b>
<b>4.2.6 Sobre o Relatório do Fundo de Desenvolvimento Social</b> .....	<b>40</b>
<b>4.2.7 Sobre as Notas Explicativas</b> .....	<b>42</b>
<b>4.2.8 Sobre o Parecer dos Auditores Independentes</b> .....	<b>43</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresenta-se a introdução, contextualiza-se o tema, a delimitação, o problema, os objetivos, a justificativa e se expõe a estrutura desta pesquisa.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Um dos papéis da contabilidade, como ciência social aplicada, é a elaboração das demonstrações financeiras das entidades, que são relevantes para os gestores, integrantes do quadro social, acionistas e governos. Usando técnicas padronizadas, por normas nacionais e internacionais, ela tem em suas responsabilidades a geração de informações estratégicas para avaliações, controles e tomadas de decisões. A partir das demonstrações, é possível modelar as informações contábeis, evidenciando aspectos relevantes para todos os usuários interessados (GELBCKE *et al.*, 2018).

Gelbcke *et al.* (2018) comentam que o conjunto de informações que deve ser divulgado pelas sociedades por ações são o relatório de administração, as demonstrações contábeis, as notas explicativas, o relatório dos auditores independentes, o parecer do conselho fiscal e o relatório do comitê de auditoria (se existirem). Mas, as demonstrações contábeis não são as únicas fontes de informações, há atos e fatos que são relevantes e devem ser informados aos usuários interessados.

O cooperativismo é um modelo de negócio democrático e empreendedor, pautado em unir as pessoas e dividir resultados (SISTEMA OCB, 2016). Sempre desenvolvendo, de forma sustentável e simultaneamente, os associados, a sociedade e a região em que estão inseridos. Para o Sistema OCB (2016), seus princípios são a educação, a formação e a informação, ferramentas essenciais para uma gestão transparente e fidedigna, que busca o desenvolvimento de seus associados e a expansão da cooperativa. Segundo Carvalhinha (2015), a governança corporativa é fundamental para o equilíbrio das expectativas entre os *stakeholders*, a preservação dos valores e sustentabilidade das entidades, e contribui para a perenidade e facilitação de acessos a recursos da empresa.

As normas do cooperativismo brasileiro, regido pela Lei nº 5.764/71, preveem que, na prestação de contas, as cooperativas devem apresentar o relatório da gestão,

o balanço, a demonstração das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal (BRASIL, 1971).

## 1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A delimitação e fundamentação deste estudo tem por finalidade a aplicação de ferramentas informacionais, de âmbito contábil financeiro, não obrigatórias, em órgãos regulamentários e de total relevância para o interesse de associados em instituições financeiras cooperativas. Busca-se valorizar a importância da governança corporativa e o acesso claro e transparente às informações de impacto socioeconômico onde a entidade está inserida. Esta pesquisa será efetuada na Sicredi União Metropolitana RS, e as considerações, análises e avaliações deste estudo estão a ela limitados, não se estendendo a outras cooperativas e/ou instituições financeiras.

## 1.3 PROBLEMA

O relatório anual contém as informações contábeis e financeiras relevantes e abrangentes da cooperativa, sendo substancial para a análise e planejamento, além de ser elemento obrigatório pela legislação. Os manuais de governança cooperativa recomendam a não limitação de requisitos que abrangem a lei e sugerem a divulgação do relatório de sustentabilidade, que estende informações intangíveis e de grande interesse do quadro societário.

Diante do exposto, definiu-se a seguinte questão problema: quais informações contábeis são relevantes para que o associado de uma instituição financeira cooperativa possa acompanhar, de forma adequada, o desempenho e o desenvolvimento de sua empresa?

## 1.4 OBJETIVOS

Nas próximas subseções, apresenta-se os objetivos desta pesquisa, separando-se o objetivo geral dos específicos.

### 1.4.1 Objetivo Geral

Analisar os relatórios e as demonstrações financeiras e não financeiras utilizadas por uma cooperativa de crédito na prestação de contas anual e avaliar a

relevância dessas informações para os seus associados, com base em suas publicações.

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

Para atender ao objetivo geral, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) contextualizar o papel de uma instituição financeira cooperativa na sociedade em que está inserida;
- b) analisar a forma como é efetuada a prestação de contas da cooperativa;
- c) avaliar se a prestação de contas evidencia a real situação econômico-financeira da cooperativa; e
- d) verificar se a cooperativa apresenta apenas as informações obrigatórias ou oportuniza outras informações a seus associados.

Na próxima subseção, apresenta-se a justificativa desta pesquisa.

#### **1.5 JUSTIFICATIVA**

Este estudo é relevante para o cenário atual, pois as instituições financeiras cooperativas são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BCB, [201-?]a) e se diferenciam, no serviço financeiro, por darem ao seus associados a gestão participativa no negócio. Suas sobras são divididas de acordo com a operação de cada associado e há retorno dos recursos para a comunidade, direta e indiretamente. A sociedade conhece como atuam as outras modalidades de instituições financeiras, e as cooperativas se diferenciam, principalmente por operarem na sua região, buscando valorizar o associado e a comunidade, visando resultados econômico e social

A pesquisa aplicada neste estudo proporciona ao associado um maior entendimento e uma melhor visibilidade dos resultados da cooperativa, levando em consideração resultados financeiros e não financeiros, como social e ambiental. O acesso a essas informações é importante ao dono de um negócio, para que ele possa manter a transparência, acompanhando e participando claramente para o crescimento da sociedade a que pertence.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresenta-se uma revisão da bibliografia sobre o tema objeto deste estudo, compreendendo os tópicos relacionados ao cooperativismo de crédito e os conceitos de informações contábil financeiras para usuários internos e externos.

### 2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Para Almeida (2018), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o conjunto de instituições, públicas e privadas, que compõem o mercado financeiro brasileiro, que tem como uma de suas finalidades a ligação entre agentes deficitários e superavitários da economia. O SFN está estruturado em órgãos normativos, supervisores e operadores, expostos na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: BCB ([201-?]b, p. 1).

Segundo Filardi (2018, p. 1), as autoridades monetárias são o:

[...] conjunto de instituições e organizações que estabelecem normas e as executam no sentido de controlar o volume de moeda em circulação, de meios de pagamento e as condições de crédito e de financiamento na economia. As autoridades monetárias no Brasil são constituídas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BC). O Comitê de Política Monetária (Copom) é um órgão auxiliar do Banco Central.

Como autoridades de apoio, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem como objetivo o fortalecimento do mercado acionário; o Banco do Brasil é responsável pela câmara de compensação; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realiza política de investimentos de longo prazo do governo; e a Caixa Econômica Federal (CEF) está voltada ao setor social (FILARDI, 2018). Dias (2005, p. 18) caracteriza as instituições financeiras monetárias, privadas ou públicas, como bancos autorizados a receber depósitos à vista e têm “[...] como objetivo principal suprir recursos para financiar, a curto e médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral”. Para esse autor as instituições financeiras não monetárias “[...] são caracterizadas por não poderem receber depósitos à vista, mas também receber títulos para a captação de recursos para empréstimos e financiamentos” (DIAS, 2005, p. 19).

## 2.2 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA

Tombini (2015) esclarece que uma instituição financeira cooperativa tem como característica a prestação de serviços exclusivamente aos seus associados e, além do direito de usufruir de seus produtos e serviços, lhes é dada a atribuição de dono, com gestão democrática e participativa. Outra peculiaridade é o fato de a atuação regional dar uma experiência de atendimento personalizado, de acordo com a realidade e a necessidade da região e do associado.

As dúvidas sobre as diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco são comuns dentro do atual espectro econômico. As duas entidades são autorizadas pelo mesmo órgão, supervisionadas por agentes em comum e oferecerem soluções financeiras semelhantes, mas não se trata do mesmo segmento societário. Araújo (2017) especifica que as cooperativas de crédito são constituídas por associados; independentemente da cota capital, o voto é igualitário; e há distribuição de riquezas entre os associados, a qual é proporcional à participação de cada cooperado. Diferentemente, os bancos são sociedades anônimas, eles têm como característica os fins lucrativos e não possuem vínculo com a comunidade.

## 2.2.1 Classificação das Sociedades Cooperativas

Conforme Gawlak (2007), uma das alternativas mais modernas e organizadas em um sistema cooperativo é a classificação em três sociedades: singular, central e confederação, também denominadas como: 1º Grau, 2º Grau e 3º Grau, obedecendo a ordem sequencial anterior. Para esse autor há três tipos de sociedades cooperativas:

Singular ou de 1º grau

- Objetivo: prestação direta de serviços aos associados.
- Constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas.
- É permitida a admissão, em caráter de exceção, de pessoas jurídicas, com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas.

Central e Federação ou de 2º grau

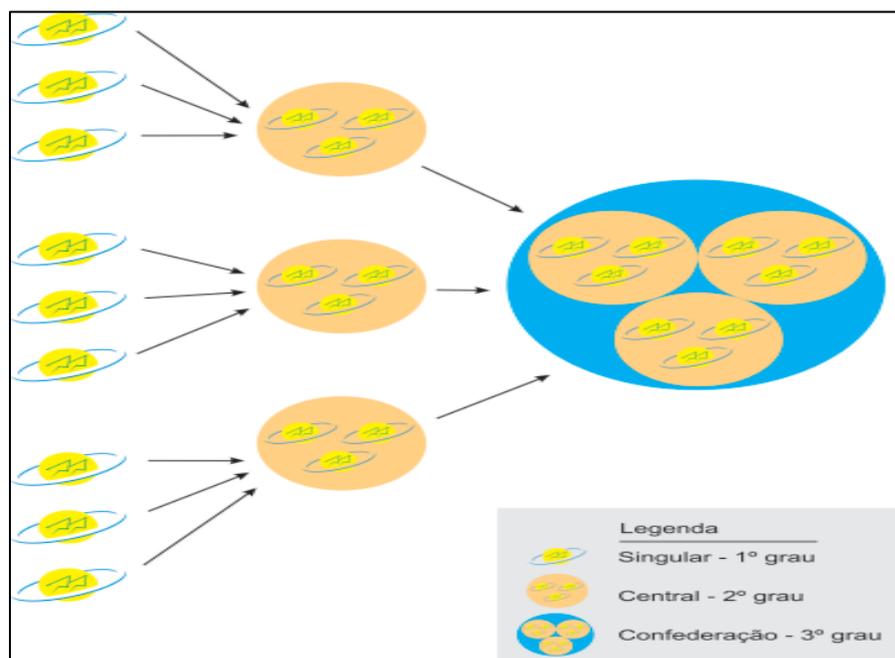
- Objetivo: organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços.
- Constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares.
- Pode, excepcionalmente, admitir pessoas físicas.

Confederação ou de 3º grau

- Objetivo: organizar, em comum e em maior escala, os serviços das filiadas.
- Constituída de, no mínimo, três (GAWLAK, 2007, p. 95).

Para um melhor entendimento da estrutura social de um sistema cooperativo, apresenta-se a Figura 2.

Figura 2 - Representação da classificação das sociedades cooperativas



Fonte: Gawlak (2007, p. 96).

Na próxima subseção, apresenta-se o cooperativismo e o desenvolvimento socioeconômico.

### **2.2.2 Cooperativismo e Desenvolvimento Socioeconômico**

O cooperativismo de crédito fomenta e desenvolve uma comunidade de diversas formas, seja no acesso a soluções financeiras como em projetos sociais, educação cooperativista, incentivos locais, seja com investimentos de interesse da região. Segundo Porto e Ferreira (2014), o cooperado tem um papel importante na intermediação entre a cooperativa e os interesses da sociedade: seu direito a voto é um direcionador ao planejamento e ao investimento que será realizado pela cooperativa, e ele é um agente comunitário naqueles temas de sua região que carecem de apoio, quais sejam: ambiente econômico, político, social, tecnológico, ecológico, legal, cultural e demográfico.

Algumas cooperativas têm na sua identidade um direcionador econômico, uma vez que existem cooperativas de crédito que são segmentadas a um grupo restrito de associados em função da categoria profissional, de atividades econômicas ou de regiões específicas. Essas cooperativas foram fundadas com o objetivo de fortalecer, ter possíveis ressignificações ágeis e atenção personalizada aos interesses do grupo.

Também é comum o apoio, a integração e a incorporação de cooperativas de diferentes regiões de atuação, sempre oferecendo a melhor experiência ao associado, de forma justa, democrática, participativa e transparente. Uma vez que se trata de uma sociedade constituída por pessoas, elas são responsáveis por essas transformações.

### **2.2.3 Governança Cooperativa**

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) tem o papel de desenvolver, promover, apoiar, representar e fomentar o cooperativismo no Brasil (Sistema OCB, 2016). É um órgão que orienta as cooperativas a seguirem medidas padronizadas de acordo com o regimento das leis, facilitando o entendimento e apoiando na governança corporativa.

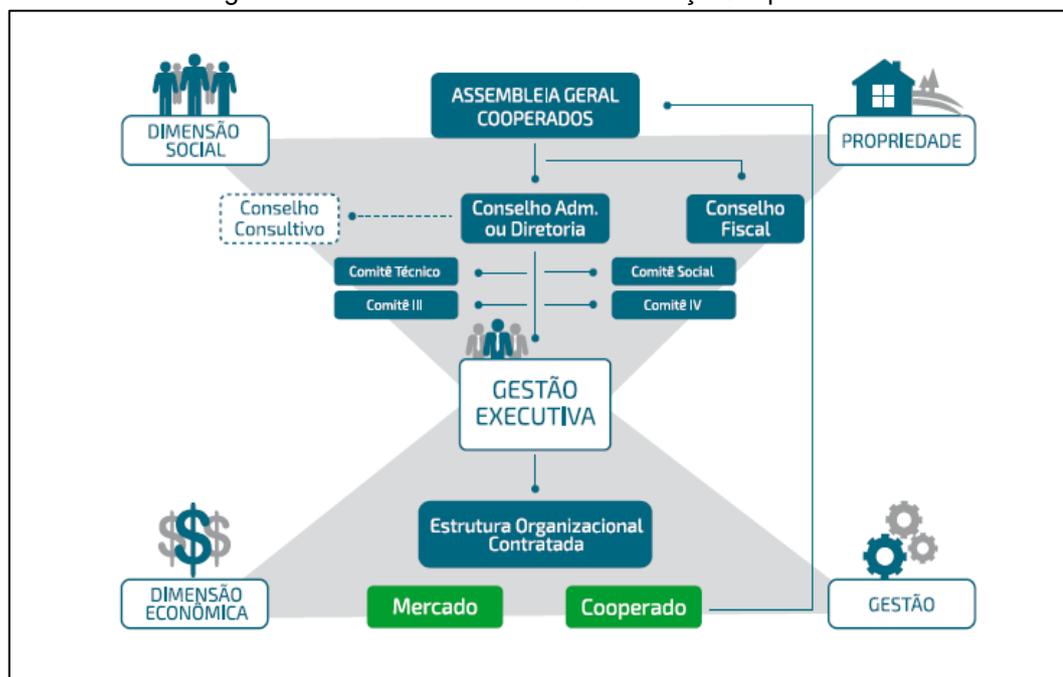
Os sete princípios e valores do cooperativismo, mantidos pela Aliança Cooperativa Internacional e ratificados no Manual de Boas Práticas de Governança

Cooperativa, criado pela OCB, são: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (SISTEMA OCB, 2016).

A governança é fundamental para garantir e assegurar uma gestão transparente, fidedigna e sustentável, a fim de manter a operação e apoiar na tomada de decisões dentro da realidade. Em se tratando de uma sociedade democrática e igualitária, os direcionadores são fundamentais para o entendimento do papel e da importância que o cooperativismo tem para a sociedade, seus associados e para o desenvolvimento econômico da região em que está inserida.

O Sistema OCB (2016) sugere práticas básicas que atendam os interesses dos governos e usuários internos, caracterizando os *stakeholders* e seus papéis dentro do sistema cooperativo, assim como órgãos essenciais para manter uma boa política e uma gestão participativa, como desenhado na Figura 3.

Figura 3 - Estrutura Básica de Governança Cooperativa



Fonte: Sistema OCB (2016, p. 17).

Conforme Araújo (2017), o BCB também realizou um direcionador de governança corporativa voltado ao cooperativismo no país, utilizando técnicas no ambiente interno e externo, com a finalidade de garantir aos associados a realização dos objetivos propostos pela cooperativa, permitindo a manutenção dos princípios e

doutrinas defendidos pelo cooperativismo. Igualmente adequou a realidade das prerrogativas e exigências legais com métodos e práticas que garantem o *compliance* e a governança aceitáveis ao sistema.

### 2.2.3.1 A contabilidade das cooperativas

Lima (2005, p. 9) argumenta que:

[...] após a aprovação da NBC T 10.8 que foi criada para de um modo geral tidas as cooperativas, exceto as que operam planos privados de assistência à saúde, devem segui-la absorvendo assim a ideia de que esta regulamentação. Veio para unificar os procedimentos contábeis, até então existentes para outras sociedades.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016), a estrutura societária da cooperativa é composta por quotas partes individuais, onde se deve segregar por cota capital subscrita e o capital a integralizar. O livro de matrícula do associado pode ser utilizado como registro auxiliar, desde que escriturado de forma completa. O CFC (2016, p. 1) assim determina o registro contábil em cooperativas de créditos:

- A escrituração contábil é obrigatória.
- A movimentação econômico-financeira compõe, obrigatoriamente, a Demonstração de Sobras ou Perdas, que deve ser demonstrada segregando Ato Cooperativo e Ato Não cooperativo.
- O valor de repasse aos cooperados e da movimentação econômico-financeira deve ser registrado no passivo, em contrapartida da conta “Deduções dos Ingressos” registrados na Demonstração de Sobras ou Perdas.
- Os gastos comuns (indiretos) devem ser segregados na proporção das operações decorrentes dos altos cooperativos e não cooperativos, devendo ser adotado critério (físico ou financeiro) que melhor represente seus efeitos.
- O investimento em entidade cooperativa de qualquer grau deve ser avaliado pelo custo de aquisição.
- O resultado decorrente de recursos aplicados para complementar as atividades da entidade cooperativa deve ser apropriado contabilmente por atividade ou negócio a que estiver relacionado.
- O resultado líquido decorrente do ato não cooperativo, quando positivo, deve ser destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à Reserva Legal e, se insuficiente sua cobertura, deve ser rateado entre os associados.
- Os dispêndios de Assistência Técnica Educacional e Social, não devem ser registrados em contas de resultados e podem ser absolvidos pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) no encerramento do exercício social. No caso de sobras, a absorção deve ser feita após as destinações para as reservas legais.

- Os ajustes de exercícios anteriores devem ser apresentados como conta destacada no Patrimônio Líquido, que deve ser submetida à deliberação da assembleia geral.
- Os saldos de estoque, contas a receber e contas a pagar decorrentes das operações realizadas com os associados, quando possível, devem ser apresentados em contas que os identifiquem.
- No Patrimônio Líquido, as contas de trânsito líquido do exercício são denominadas Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia Geral.

A Circular nº 1.273 uniformiza os registros contábeis para instituições financeiras, inclusive as cooperativas de créditos, com a denominação de Plano Contábil das Instituições do SFN (COSIF) (BACEN, 1987).

### 2.2.3.2 Plano de contas

Conforme o BCB (1987, p. 1):

[...] as normas consubstanciadas neste Plano Contábil têm por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas, expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.

O BCB (1987, p. 3) define o elenco de contas da seguinte forma:

- a) 1º dígito - GRUPOS
  - I - Ativo:
    - 1 - Circulante e Realizável a Longo Prazo;
    - 2 - Permanente;
    - 3 - Compensação;
  - II - Passivo:
    - 4 - Circulante e Exigível a Longo Prazo;
    - 5 - Resultados de Exercícios Futuros;
    - 6 - Patrimônio Líquido;
    - 7 - Contas de Resultado Credoras;
    - 8 - Contas de Resultado Devedoras;
    - 9 - Compensação.
- b) 2º dígito - SUBGRUPOS
- c) 3º dígito - DESDOBRAMENTOS DOS SUBGRUPOS
- d) 4º e 5º dígitos - TÍTULOS CONTÁBEIS
- e) 6º e 7º dígitos - SUBTÍTULOS CONTÁBEIS
- f) 8º dígito - CONTROLE (dígito verificador)

As contas contábeis do ativo se dispõem em ordem decrescente de grau de liquidez e em três grupos: circulante, realizável a longo prazo e permanente. O passivo é dividido entre circulante e exigível a longo prazo, e sua ordem se dá pela

exigibilidade das contas. O patrimônio líquido é classificado entre o capital social, as reservas de capital, de reavaliação e de lucros e os lucros ou prejuízos acumulados (BCB, 1987).

### 2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Consoante Diniz (2015), as demonstrações financeiras são ferramentas técnicas que apoiam a análise, a apuração e as tomadas de decisões no âmbito econômico-financeiro das organizações. É de total relevância no mundo dos negócios, uma vez que os relatórios têm variabilidade de relevância que depende do usuário que utiliza a informação.

Seja um diretor, sócio, associado ou o governo, a modelagem da informação contábil transformada em uma demonstração e em relatório dá uma experiência de interpretação para estratégias, consultas e controles. Para ter mais tangibilidade, muitos relatórios fazem análises que envolvem exercícios anteriores e saldos de outras contas dentro do mesmo grupo contábil. Para isso, é similarmente comum a utilização de métodos quantitativos (DINIZ, 2015).

Órgãos reguladores determinam a divulgação de relatórios e demonstrações financeiras no fim dos exercícios, principalmente empresas de capital aberto e do mercado financeiro, com o objetivo de dar transparência aos seus investidores e sócios. O Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa do Sistema OCB (2016) orienta as cooperativas sobre o funcionamento das assembleias, sendo uma das tarefas, nesse evento, a apresentação dos resultados e das demonstrações aos seus associados.

A análise das demonstrações financeiras é uma atividade relevante para os usuários internos e externos. É comum a utilização da análise vertical e horizontal das demonstrações, principalmente da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), do resultado do exercício e do balanço patrimonial, pelos *stakeholders* da instituição. A análise horizontal tem como característica a evolução dos saldos e grupos de contas de exercícios anteriores, e a análise vertical tem a representatividade dos saldos contábeis dentro do grupo de contas no qual fazem parte (CAMARGO, 2018), como demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Tabela de Análise Vertical e Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL / ANO	2015	Vertic.	Horiz.	2016	Vertic.	Horiz.
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>198.000</b>	<b>71%</b>	<b>100%</b>	<b>226.000</b>	<b>72%</b>	<b>114%</b>
<b>Disponível</b>	<b>50.000</b>	<b>18%</b>	<b>100%</b>	<b>48.000</b>	<b>15%</b>	<b>96%</b>
Caixa	10.000	4%	100%	20.000	6%	200%
Bancos Conta Corrente	35.000	13%	100%	25.000	8%	71%
Bancos Aplicações	5.000	2%	100%	3.000	1%	60%
<b>Realizável</b>	<b>148.000</b>	<b>53%</b>	<b>100%</b>	<b>178.000</b>	<b>57%</b>	<b>120%</b>
Impostos a Recuperar	14.000			8.000	3%	57%
Duplicatas a receber - Clientes	73.000	26%	100%	95.000	30%	130%
Estoques	61.000	22%	100%	75.000	24%	123%
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>82.000</b>	<b>29%</b>	<b>100%</b>			

Fonte: Nardi ([201-?], p. 1).

Para Albuquerque ([201-?]), a partir das informações gerenciais, pode-se calcular índices que auxiliam dirigentes, conselheiros e demais executivos. Na avaliação da liquidez, é utilizado o índice de liquidez geral e imediata. Na estrutura de capital, usa-se a composição de créditos, o nível de inadimplemento e o comprometimento patrimonial. Na rentabilidade operacional, aplica-se a geração de receita, a rentabilidade financeira e as receitas de créditos. No desempenho da captação, emprega-se o custo de captação e o retorno da captação. E, no comportamento da gestão, é calculado o custo da gestão, as receitas e as despesas.

### 2.3.1 Usuários Internos e Externos

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1992, p. 5) determina que o usuário é “[...] toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”. Para Macêdo *et al.* (2008), os usuários das informações contábeis estariam em dois grupos: internos e externos. A figura do usuário externo está desvinculada da entidade, e o usuário interno se encontra dentro do ambiente corporativo.

Um dos escopos da Contabilidade Gerencial é o atendimento a todos os usuários internos de uma empresa, seja com informações quantitativas, seja com dados qualitativos. Em outras palavras, é fornecer todas as informações que se julgue

necessárias a tomadas de decisões, apoio na avaliação e gestão e divulgação dos resultados empresariais (PADOVEZE, 2012).

### 2.3.1.1 Relatório de gestão

Segundo Gelbcke *et al.* (2018), mesmo não sendo uma demonstração contábil, a legislação exige a apresentação do relatório de administração como evidência dos principais fatos de gestão, com ênfase em investimentos, composição societária e políticas realizadas na entidade no exercício. O sistema OCB (2010, p. 1) sugere como itens mínimos em um relatório de gestão de cooperativas:

- Indicadores de evolução do quadro social no exercício, preferencialmente com quadro comparativo dos 03 últimos exercícios (nº. de cooperados, admissões, demissões, exclusão e eliminação) e detalhado no aspecto do sexo (masculino e feminino) e ainda se puderem com especificação também das faixas etárias (ex: nº. de cooperados homens e mulheres, com faixa etária de 18 a 24 anos e acima de 24 anos);
- No caso específico das cooperativas do ramo agropecuário muito importante especificar a questão fundiária (tamanho das propriedades dos cooperados, produção destes e participação nas atividades da cooperativa) dos cooperados.
- Movimento/evolução do quadro de colaboradores diretos e indiretos;
- Ingressos Totais (prestar atenção quanto a esta nomenclatura);
- Impostos e contribuições recolhidas;
- Eventuais ações sociais desenvolvidas pela cooperativa, referentes a investimentos em projetos de responsabilidade social, inclusão social, apoio ao esporte amador, e outros que achar conveniente;
- Descrição dos investimentos realizados, tais como em infraestrutura, modernização, logística, aquisições de bens móveis e imóveis;
- Descrição de capacitações e treinamentos do quadro social, colaboradores e dirigentes;
- Capital social, evolução comparativa dos últimos 03 exercícios;
- Ativo Permanente, evolução comparativa dos últimos 03 exercícios;
- Sobras, evolução comparativa dos últimos 03 exercícios e sua destinação na última AGO;
- No caso específico de cooperativas do ramo crédito importante constar no relatório de gestão: depósitos à vista, depósitos a prazo, nº. de empréstimos, taxas médias de juros cobradas no exercício, tarifas cobradas e sua diferenciação com o mercado;
- Parecer de Auditoria Interna e Externa se houver;
- Dados específicos inerentes às atividades de cada ramo;
- As cooperativas que possuem Planejamento Estratégico podem apresentar aos seus cooperados a evolução das metas (aquelas que podem ser compartilhadas com o público externo) e que representem um efetivo avanço da cooperativa.

Na próxima subseção, apresenta-se o balanço patrimonial.

### 2.3.1.2 Balanço patrimonial

Gelbcke *et al.* (2018, p. 27) definem que “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”. Padoveze (2012), a partir do conhecimento de sua estrutura e dos critérios de avaliação, avulta que o balanço patrimonial é fonte de vários indicadores e referências para análise gerencial de uma empresa e para o andamento das operações. Sua utilização é vasta e é fonte de informação para elaboração de outros relatórios e cálculos gerenciais. Ele é obrigatório na legislação brasileira e possui três elementos básicos: o ativo, à esquerda; e o passivo e o patrimônio líquido, à direita.

ATIVO – Compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.

PASSIVO – Compreende as exigibilidades e obrigações

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa (GELBCKE *et al.*, 2018, p. 29).

Bächtold (2011) classifica o ativo em dois grupos, circulante e não circulante. O primeiro engloba todas as contas, de bens e direitos, que circula até o exercício social subsequente. O segundo compõe as contas que têm rotação lenta e tem como característica uma programação financeira de longo prazo, ou seja, após o próximo exercício social para sua realização.

Sendo classificado como contas de obrigações com terceiros, o passivo se divide em dois grandes grupos: circulante e não circulante. Sua apresentação deve ser em ordem de exigibilidade. Assim, as obrigações com prazos de pagamentos até o final do próximo exercício são classificadas como circulante, e as com prazos superiores são não circulante (BÄCHTOLD, 2011).

Wainberg (2018) elucida que o patrimônio líquido demonstra a diferença dos bens e direitos (ativo) e das obrigações (passivo), sendo considerado a riqueza de uma empresa. Entre suas principais contas estão o capital social e as reservas de lucros e de capital. O capital social representa os recursos que os sócios integralizam para financiar o seu ativo e ter participação na organização. As reservas são subcontas que recebem uma parte dos lucros gerados, que têm por finalidade o acúmulo de resultados para possíveis transações, como, por exemplo, as reservas legais para contingências, estatutária, lucros a realizar e incentivos fiscais.

### 2.3.1.3 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

De acordo com Gelbcke *et al.* (2018, p. 26), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL):

Evidencia a mutação do patrimônio líquido em termos globais (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, ajuste de avaliação patrimonial etc.) e em termos de mutações internas (incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas e vice-versa etc.).

Padoveze (2012) explica que a DMPL é uma extensão com dados analíticos da conta de lucros acumulados, pois evidencia as variabilidades que tiveram como consequência o resultado apurado no balanço patrimonial. De forma hipotética, para fins de demonstrações, a Tabela 1 expõe um exemplo.

Tabela 1 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

<b>Movimentação</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldo Inicial	R\$ 6.000,00	R\$ 380,00	R\$ -	<b>R\$ 6.380,00</b>
Aumento de capital em dinheiro	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.000,00
Lucro líquido do período	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.140,00	R\$ 1.140,00
Distribuição de dividendos	R\$ -	R\$ -	-R\$ 800,00	-R\$ 800,00
Transferência para reservas	R\$ -	R\$ 340,00	-R\$ 340,00	R\$ -
<b>Saldo final</b>	<b>R\$ 7.000,00</b>	<b>R\$ 720,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 7.720,00</b>

Fonte: adaptada de Padoveze (2012).

Na próxima subseção, apresenta-se as demonstrações dos fluxos de caixa.

### 2.3.1.4 Demonstrações dos fluxos de caixa

Gelbcke *et al.* (2018) clarificam que a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) tem como objetivo a evidenciação analítica das movimentações das contas de disponibilidades dentro de um exercício, também ratifica sobre a obrigatoriedade, a partir da Lei das Sociedades por Ações. Padoveze (2012, p. 48) divide a DFC em duas apresentações básicas:

- método indireto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa através da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa;
- método direto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa do período, coletando as informações específicas das entradas e saídas de numerário

constante das contas de disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras).

A partir disto, na sequência, Padoveze (2012, p. 48) apresenta a segregação das informações:

- fluxo de caixa das atividades operacionais;
- fluxo de caixa das atividades de investimentos;
- fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

Na próxima subseção, apresenta-se as demonstrações de sobras ou perdas,

### 2.3.1.5 Demonstrações de sobras ou perdas

A definição da política nacional do cooperativismo está na Lei nº 5.764:

**Art. 79.** Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais

**Parágrafo único.** O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (BRASIL, 1971, p. 1).

Segundo Jochem (2018), a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) apresenta as receitas e despesas referentes a atos cooperativo, ou seja, movimentações que superavam ingressos e dispêndios. Estes relatórios são recomendados pela Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 e a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 26 (JOCHEM, 2018). Assim como as demais demonstrações, a DSP mostra, de forma analítica, o resultado dos saldos de contas contábeis, neste caso, saldos de contas de resultado apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

### 2.3.1.6 Fundo de desenvolvimento social

O fundo de desenvolvimento social é uma iniciativa, prevista em estatuto, que tem o objetivo de fortalecer ações que são desenvolvidas na comunidade onde a cooperativa de crédito está inserida. A destinação e o valor a serem distribuídos com base no resultado são decididos, em assembleia, pelos associados. Independentemente do valor da cota capital, cada associado tem direito a um voto, e a escolha será a opção que tiver o maior número de votos. Bueller (2020, p. 1), vice-presidente da Sicredi União Metropolitana RS, explica que:

O propósito das cooperativas é sempre contribuir para o desenvolvimento do associado e da comunidade onde atua. Todo recurso captado no bairro retorna em forma de empréstimos, apoiando projetos economicamente viáveis. Qualquer movimentação financeira na cooperativa contribui para o resultado, que fica na região.

Na próxima subseção, apresenta-se as notas explicativas.

#### 2.3.1.7 Notas explicativas

Gelbcke *et al.* (2018, p. 33) destacam que “[...] as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da evolução patrimonial da empresa”. Padoveze (2012) evidencia que as notas explicativas têm o objetivo de contextualizar os principais critérios utilizados na elaboração das demonstrações, das leis que foram observadas e dos saldos relevantes; detalham, quando necessário, causas e efeitos de mutações permutativas e modificativas; e complementam períodos e fatos sazonais ou fenômenos dentro da realidade da empresa.

#### 2.3.1.8 Parecer dos auditores independentes

As demonstrações contábeis têm como responsáveis legais os administradores e os contabilistas da entidade, porém, para dar maior credibilidade às informações, a legislação obriga, em algumas circunstâncias, que seja apresentado o relatório dos auditores independentes. No Brasil, não é obrigatório para todas as empresas, no entanto, há companhias que, mesmo isentas da publicação, apresentam o relatório, por questões morais para com a sociedade (GELBCKE *et al.*, 2018).

Os auditores independentes utilizam as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) como material técnico legal, assim como o IBRACON e o CFC realizam a revisão e a tradução das normas internacionais de contabilidade, para adequação à legislação vigente no país.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção contextualiza o conjunto de procedimentos metodológicos que construíram os métodos e as análises desta pesquisa.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para Silva e Menezes (2005), o problema de pesquisa tem a possibilidade de ser classificado quanto a sua natureza, forma de abordagem do problema, objetivo e procedimento técnico. Conforme Ott (2012), no tocante à natureza da pesquisa, ela pode ser básica ou pura e aplicada. A Primeira tem como objetivo a geração de conhecimento científico atual, contribui para o avanço científico e não se preocupa com aplicabilidade e consequências práticas. A segunda, que é proposta neste estudo, tem como peculiaridade o uso de resultados de pesquisa básica para análise em situações práticas, ou seja, soluciona problemas específicos, instantâneos e utiliza aplicações reais dentro do âmbito científico em que está inserida.

Este estudo é considerado uma pesquisa aplicada e pura por trazer, para a realidade de um grupo social, o uso de ferramentas técnicas de uma ciência. Ott (2012) argumenta que a pesquisa pode ser dividida em duas abordagens: quantitativa e qualitativa. Quantitativa, nas palavras de Silva e Menezes (2005), é a que apresenta informações obtidas de forma numérica, e, para conseguir esses dados, é necessário usar métodos estatísticos (percentual, média, mediana, dentre outros). Qualitativa, para Ott (2012), é a que aplica a análise de dados, com o intuito de obter o senso crítico. Esse tipo de pesquisa usa o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento chave do estudo.

Logo, a pesquisa aplicada deste estudo tem como característica a abordagem qualitativa, pois se tem como preocupação o alcance da perspectiva do agente envolvido neste trabalho, considerando diversas óticas da dinâmica que interage com o objeto de pesquisa. Destaca-se o fato de que a análise está relacionada à avaliação de um processo específico, dentro de um produto.

O objetivo da pesquisa é descritivo, haja vista que se efetua interpretação de relatórios e demonstrações analíticas para aplicar uma observação sistêmica, assim como se faz a coleta de dados para análise sobre o problema. Quanto ao procedimento técnico, é desenvolvida a pesquisa documental e bibliográfica. Para a

primeira, utiliza-se relatórios de empresas, documentos oficiais, reportagens e revistas; para a segunda, usa-se a revisão literária para conhecimento do 'estado da arte'.

### 3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Este estudo tem como propósito analisar a metodologia aplicada pela cooperativa Sicredi União Metropolitana RS, no Rio Grande do Sul (RS), para informar os proprietários, sobre as demonstrações financeiras. Referentemente à empresa escolhida como objeto de pesquisa, buscou-se evidenciar, por meio de uma cooperativa de crédito, a importância da divulgação e da apresentação das demonstrações financeiras aos seus associados como insumo estratégico, preservando a transparência e o conhecimento, de forma gerencial, da saúde financeira de uma entidade deste segmento. Para o período em análise, foram utilizadas demonstrações financeiras, relatórios não financeiros, manuais de boas práticas, artigos científicos, periódicos, livros e revistas que tratam sobre cooperativismo e governança corporativa.

### 3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para Lüdke e André (1986, p. 30):

Os focos da observação nas abordagens qualitativas de pesquisa são determinados basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral, traçado pelo pesquisador. Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seus focos de interesse. Para isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema.

Ott (2012, p. 42) define pesquisa bibliográfica como uma “[...] pesquisa elaborada a partir de material já publicado em livros, artigos de periódicos, materiais disponibilizados na internet etc.”. A análise documental tem uma boa aplicabilidade em estudos, nas áreas de ação social, e agrega técnicas de abordagem de dados qualitativos que proporcionam aspectos novos em temas e problemas, já que busca identificar informações factuais nos documentos, partindo de questões ou hipóteses de interesse (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Este estudo tem como base a análise da importância e a apresentação do uso de ferramentas de controle e gestão para associados de instituições financeiras cooperativas. Fez-se pesquisas bibliográficas, tendo como objetivo a revisão literária e a complementação das informações obtidas e se aplicou a pesquisa documental como insumo e evidência que comprovam a veracidade do resultado.

No que diz respeito à análise de dados, utilizou-se demonstrações e relatórios alinhados a políticas de governança corporativa, recomendações de órgãos supervisores e normas e legislações vigentes obrigatórias para cooperativas de crédito. Como complementação, aplicou-se revisão, ratificação e tratamento da relevância dos dados aplicados, sendo que diversos materiais bibliográficos foram inseridos neste estudo.

É importante destacar que, mediante a problemática da pesquisa, foram apresentados dados com o propósito de dar relevância e valor agregado aos métodos de DMPL, Fluxo de Caixa, Sobras ou Perdas e relatório de sustentabilidade, para a gestão democrática de uma cooperativa de crédito.

#### 3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

As limitações do método estão especificamente relacionadas ao tema que o estudo aborda, não se estendendo a cooperativas que tenham outras atividades econômicas e instituições financeiras não cooperativas. O estudo está limitado ao ambiente da empresa, a Cooperativa Sicredi União Metropolitana RS, onde se buscou informações. Entretanto, a pesquisa contribui de forma relevante para o conhecimento e desenvolvimento da matéria tratada, ratificando a importância da contabilidade como ciência social aplicada e instrumento de transparência e fidedignidade aos associados deste modelo de negócio.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se os dados coletados e a análise dos resultados encontrados.

### 4.1 SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS

Originou-se da fusão entre a Sicredi Metrópolis RS, fundada em 1967, e a Sicredi Empreendedores RS, fundada em 2004, transformando-se na Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense – Sicredi União Metropolitana RS, uma das cooperativas que fazem parte do sistema Sicredi. Com sede em Porto Alegre, atuando também em Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Glorinha, Gravataí, Sapucaia do Sul e Viamão. Tem, em seu quadro social, mais de 52 mil associados, onde todos tem direito a voto igualitário e uma gestão democrática, direitos que são exercidos nas assembleias (SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS, [201-?]).

#### 4.1.1 Assembleias, Coordenadores e Núcleos

As instituições financeiras, pela Resolução nº 4.720/2019 do BCB, são obrigadas a divulgar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a DFC, a DMPL, as notas e os pareceres no sítio da instituição (BCB, 2019). As cooperativas que pertencem ao Sistema Sicredi, exercendo a transparência na gestão, um dos princípios e valores descritos no Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, regulamentou o Programa Pertencer, que formaliza o papel das assembleias, dos coordenadores de núcleo e dos núcleos. Os sujeitos destacados nesse subtítulo são fundamentais para a definição dos interesses dos associados frente às possibilidades das cooperativas e aos apoios para com a sociedade em que estas fazem parte (SICREDI, 2019).

##### 4.1.1.1 Reuniões e assembleias de núcleo

Segundo o Sicredi (2019, p. 2), “considera-se Reunião o encontro realizado com os associados ou com os coordenadores para dialogar a respeito de assuntos de interesse específico do quadro social, do núcleo ou aqueles definidos pelo Conselho de Administração da Cooperativa”. As pautas que são tratadas nas assembleias são operações e serviços, planejamento estratégico, plano de metas, prestação de contas

semestral e assuntos de interesse específico do quadro social e do núcleo ou aquelas definidas pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

#### 4.1.1.2 Coordenador de núcleo

Conforme o Sicredi (2019, p. 6), “o Coordenador de Núcleo é o associado, pessoa física, eleito em Assembleia de Núcleo, encarregado de promover o diálogo sobre a gestão e o desenvolvimento da Cooperativa e representar os associados nas Assembleias Gerais de delegados, quando a cooperativa adotar esta modalidade”. O Coordenador de núcleo é eleito pelos associados do seu núcleo em assembleia geral.

#### 4.1.1.3 Núcleos

O Sicredi (2019, p. 5), em seu Regulamento Pertencer, define sete premissas para atender um agrupamento de núcleo, sendo elas:

- I - a cooperativa definirá o número de associados por Núcleo, observado o limite de Núcleos estabelecido no Estatuto Social, por meio de registro em ata de reunião do Conselho de Administração. O número de associados por Núcleo não poderá ser menor do que 150 (cento e cinquenta) nem maior do que 1.500 (um mil e quinhentos);
- II - após esta definição, o número de associados agrupados nos Núcleos não poderá exceder a variação de 50% para mais ou para menos;
- III - a cooperativa deverá ter, no mínimo, 11 (onze) núcleos de associados, observando a fixação da quantidade sempre em número ímpar;
- IV - para garantir o direito a voto dos associados de agência recém-inaugurada ou daquelas que não tenham atingido o número definido no inciso I deste artigo pelo Conselho de Administração, caberá a este a definição da forma de participação destes associados nos Núcleos;
- V - cada núcleo terá um Coordenador de Núcleo efetivo e pelo menos 1 (um) suplente no momento da eleição, podendo a quantidade de suplentes ser fixadas pelo Conselho de Administração;
- VI - o agrupamento em núcleos deverá observar o melhor atendimento do associado, respeitados os critérios de nucleação definidos pelo Conselho de Administração;
- VII - a cooperativa definirá o número de núcleos que podem ser agrupados em uma mesma Assembleia de Núcleo, desde que garanta a devida acomodação dos associados.

Na próxima subseção, apresenta-se a análise dos resultados divulgados.

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DIVULGADOS

Os relatórios financeiros são divulgados no site eletrônico do sistema, onde se pode acessar as informações das mais de 100 cooperativas que fazem parte do Sicredi. Neste estudo, utiliza-se o relatório anual da Sicredi União Metropolitana RS,

de 2019 (SICREDI, 2020b). Além das publicações, são realizadas as assembleias de núcleos, por agência, quando são apresentados e discutidos, com os associados, os relatórios financeiros da cooperativa.

#### 4.2.1 Sobre o Relatório da Administração

Elaborado pelo conselho de administração e pela diretoria executiva, o relatório da administração descreve ao associado as prerrogativas legais e o exercício de um dos princípios e valores constante no Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, a transparência na gestão. No Quadro 1, está exposto o relatório de administração, da instituição tema da pesquisa, correspondente ao exercício de 2019.

Quadro 1 - Relatório da Administração

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b>
<p>Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.</p>
<p>Conselho de Administração e Diretoria</p>

Fonte: Sicredi (2020b).

A cooperativa apresenta o relatório anual no seu *site* eletrônico, onde contém a mensagem do conselho, informações sobre a cooperativa e o sistema Sicredi, participação de todos, soluções responsáveis, investimento na sociedade, resultado do exercício e as redes de atendimento. No item participação de todos, estão os projetos da cooperativa, as assembleias, as informações sobre a atuação na gestão participativa e os membros do conselho fiscal e de administração.

#### 4.2.2 Sobre o Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a consolidação dos saldos contábeis no final do exercício, para uma melhor avaliação do patrimônio da cooperativa. Igualmente, é divulgado o saldo do exercício anterior e o número das notas explicativas, ao lado do

grupo de contas, para apreciação, pois o balanço apresenta o saldo acumulado em contas em 31 de dezembro. Na Figura 5, consegue-se ver o balanço patrimonial, da instituição tema desta pesquisa, correspondente ao exercício de 2019.

Figura 5 - Balanço Patrimonial

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>677.428</b>	<b>566.107</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>286.238</b>	<b>217.798</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.289	8.090	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	188.258	133.501
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	-	9.950	Depósitos à Vista		140.975	102.864
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	9.950	Depósitos Interfinanceiros		3.819	-
				Depósitos a Prazo		43.464	30.637
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	233.935	27.837	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	15.020	19.598
Carteira Própria		233.935	27.837	Repasse Interfinanceiros		15.020	19.598
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		131.494	292.151	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.545	2.295
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		18	-	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.545	2.295
Correspondentes no país		42	-				
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	131.434	292.151	OUTRAS OBRIGAÇÕES		80.415	62.404
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	244.636	180.212	Cobrança e Arrecadação de Tributos		222	125
Operações de Crédito		260.131	191.437	Sociais e Estatutárias		11.118	8.679
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.495)	(11.225)	Fiscais e Previdenciárias		2.759	1.612
				Diversas	(NOTA 14)	66.316	51.988
OUTROS CRÉDITOS		58.601	44.525				
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	7	1				
Rendas a Receber		1.006	1.017				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	58.403	44.083				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(815)	(576)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	3.473	3.342				
Outros Valores e Bens		3.403	3.465				
(Provisão para desvalorização)		(134)	(144)				
Despesas Antecipadas		204	21				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>248.367</b>	<b>118.134</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>538.554</b>	<b>389.262</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		248.367	118.134	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		538.554	389.262
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	15.582	2.837	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	512.112	383.513
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		15.582	2.837	Depósitos Interfinanceiros		-	3.604
				Depósitos a Prazo		512.112	379.909
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	205.630	91.992	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	14.942	5.749
Operações de Crédito		217.244	98.004	Repasse Interfinanceiros		14.942	5.749
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.614)	(6.012)				
OUTROS CRÉDITOS		359	10	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	11.500	-
Diversos	(NOTA 07 e 08)	363	10	Diversas		11.500	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(4)	-				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	150	-				
Despesas Antecipadas		150	-				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	8.502	8.502	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>101.003</b>	<b>77.181</b>
Outros Investimentos		8.502	8.502	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	48.778	42.715
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	12.382	8.298	De Domiciliados no País		56.976	48.287
Outras Imobilizações de Uso		23.876	18.617	(Capital a Realizar)		(8.198)	(5.572)
(Depreciação acumulada)		(11.494)	(10.319)	RESERVAS DE SOBRAS		48.190	31.513
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	5.762	6.495	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.035	2.953
Outros Ativos Intangíveis		13.543	12.792				
(Amortização acumulada)		(7.781)	(6.297)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>925.795</b>	<b>684.241</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>925.795</b>	<b>684.241</b>

Fonte: Sicredi (2020a).

Além de uma avaliação horizontal, é possível verificar a representatividade dos saldos das contas. No ativo, por exemplo, as contas são apresentadas por ordem de liquidez, ou seja, pode-se fazer uma análise do quanto representa, dentro do ativo circulante e do não circulante, os bens e direitos da instituição tema deste estudo. O mesmo se dá com o passivo, onde sua ordem se caracteriza pela exigibilidade das suas obrigações.

É comum, na avaliação do balanço patrimonial, analisar o percentual do patrimônio líquido sobre o ativo. O resultado mostra a capacidade de autofinanciamento da entidade frente aos seus bens e direitos, e a diferença está na exigibilidade, ou seja, no capital de terceiros. A partir disso, há insumos para análises de variação de um exercício para o outro e o número da nota explicativa facilita o acesso de informações analíticas, a explicação de fatos e os fenômenos econômicos e suas ressalvas, caso tenha.

#### **4.2.3 Sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

A DMPL demonstra, de forma analítica, todas as movimentações que impactaram nas variações do patrimônio líquido de uma entidade. Como pode-se ver na Figura 6, apresenta-se os saldos contábeis das contas que fazem parte desse grupo contábil de forma histórica, ou seja, expõe-se a DMPL da instituição tema da pesquisa correspondente ao exercício de 2019:

Figura 6 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>38.318</b>	<b>18.292</b>	-	<b>4.258</b>	<b>60.868</b>
Destina�o resultado exercício anterior	-	-	-	(1.251)	(1.251)
Distribui�o de sobras para associados	-	-	-	(1.958)	-
Destina�es para reservas	-	1.703	255	(1.958)	-
Outras destina�es	-	-	(255)	(1.049)	(1.304)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.132	-	-	-	5.132
Baixas de capital	(3.195)	-	-	-	(3.195)
Resultado do período	-	-	-	19.774	19.774
Destina�es	-	-	-	-	-
Destina�o FATES - Estatutário	-	-	-	(820)	(820)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.663	-	(10.663)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.460	-	-	(2.514)	(54)
Reserva Legal - Recupera�o de Prejuízo	-	855	-	(855)	-
Outras Destina�es - Devolu�o SFG	-	-	-	(1.969)	(1.969)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>42.715</b>	<b>31.513</b>	-	<b>2.953</b>	<b>77.181</b>
<b>Muta�es do Período</b>	<b>4.397</b>	<b>13.221</b>	-	<b>(1.305)</b>	<b>16.313</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>42.715</b>	<b>31.513</b>	-	<b>2.953</b>	<b>77.181</b>
Destina�o resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribui�o de sobras para associados	2.425	-	-	(2.425)	-
Outras destina�es	-	-	-	(36)	(36)
Fundo Social	-	-	-	(492)	(492)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.127	-	-	-	5.127
Baixas de capital	(3.989)	-	-	-	(3.989)
Resultado do período	-	-	-	27.075	27.075
Destina�es	-	-	-	-	-
Destina�o FATES - Estatutário	-	-	-	(1.120)	(1.120)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.569	-	(14.569)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.500	-	-	(2.554)	(54)
Reserva Legal - Recupera�o de Prejuízo	-	2.108	-	(2.108)	-
Outras Destina�es - Devolu�o SFG	-	-	-	(2.689)	(2.689)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>48.778</b>	<b>48.190</b>	-	<b>4.035</b>	<b>101.003</b>
<b>Muta�es do Período</b>	<b>6.063</b>	<b>16.677</b>	-	<b>1.082</b>	<b>23.822</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>45.808</b>	<b>31.513</b>	-	<b>12.526</b>	<b>89.847</b>
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.609	-	-	-	2.609
Baixas de capital	(2.139)	-	-	-	(2.139)
Resultado do período	-	-	-	14.549	14.549
Destina�es	-	-	-	-	-
Destina�o FATES - Estatutário	-	-	-	(1.120)	(1.120)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.569	-	(14.569)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.500	-	-	(2.554)	(54)
Reserva Legal - Recupera�o de Prejuízo	-	2.108	-	(2.108)	-
Outras Destina�es - Devolu�o SFG	-	-	-	(2.689)	(2.689)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>48.778</b>	<b>48.190</b>	-	<b>4.035</b>	<b>101.003</b>
<b>Muta�es do Período</b>	<b>2.970</b>	<b>16.677</b>	-	<b>(8.491)</b>	<b>11.156</b>

Fonte: Sicredi (2020a).

A partir disso, pode-se avaliar, de forma vertical e horizontal, as movimentações financeiras, contábeis e econômicas que deram como consequência o saldo presente no balanço patrimonial.

#### **4.2.4 Sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa**

A DFC é uma demonstração que apresenta, de forma segregada, a destinação e a origem dos recursos que influenciaram o caixa e equivalentes de caixa. É uma demonstração importante, para usuários externos e internos, na avaliação das atividades que influenciaram no saldo deste grupo de contas, o qual também está, de forma consolidada, no balanço patrimonial. Na Figura 7, tem-se a DFC, da instituição tema da pesquisa, correspondente ao exercício de 2019:

Figura 7- Demonstração do Fluxo de Caixa

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>19.894</b>	<b>38.020</b>	<b>24.065</b>
Resultado do semestre/exercício	14.549	27.075	19.774
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>5.345</b>	<b>10.945</b>	<b>4.291</b>
Provisão para operações de crédito	5.354	9.872	3.380
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1	(10)	137
Provisão para desvalorização de outros créditos	160	243	201
Depreciação do imobilizado de uso	825	1.461	918
Amortização do intangível	775	1.484	1.308
Baixas do ativo permanente	7	7	11
(Reversão) para passivos contingentes	(635)	(1.025)	(853)
Destinações ao FATES	(1.120)	(1.120)	(820)
Dividendos SicrediPar	(22)	33	9
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(200.235)</b>	<b>(193.102)</b>	<b>(31.411)</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	388	(2.795)	(10.121)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(205.235)	(206.098)	6.507
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.555	(18)	1
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	34	(42)	2
(Aumento) em operações de crédito	(98.518)	(187.932)	(107.234)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(6.758)	4.615	5.238
(Aumento) em outros créditos	(10.292)	(14.701)	(11.332)
(Aumento) em outros valores e bens	(150)	(272)	(80)
Aumento em depósitos	83.169	183.356	67.599
Aumento em relações interdependências passivas	1.404	250	691
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(2.920)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(270)	(820)	(426)
Aumento em outras obrigações	29.438	31.355	20.664
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(180.341)</b>	<b>(155.082)</b>	<b>(7.346)</b>
Aquisição de Investimentos	-	-	(809)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.644)	(5.552)	(4.787)
Aplicações no Intangível	(243)	(751)	(2.740)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.887)</b>	<b>(6.303)</b>	<b>(8.336)</b>
Integralização de capital	2.609	5.127	5.132
Baixa de capital	(2.139)	(3.989)	(3.195)
Juros ao capital próprio	(54)	(54)	(54)
Distribuição de Sobras	-	(528)	(2.555)
Outras Destinações - Devolução SFG	(2.689)	(2.689)	(1.969)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(2.273)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(2.641)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(187.501)</b>	<b>(163.518)</b>	<b>(18.323)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	324.224	300.241	318.564
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	136.723	136.723	300.241

Fonte: Sicredi (2020a).

Foi utilizado o método indireto, neste exercício, para a realização da DFC.

#### **4.2.5 Sobre a Demonstração de Sobras ou Perdas**

A DSP apresenta, de forma analítica, a variação do saldo das contas de resultado das cooperativas. Tem como característica a divisão dos saldos entre ato cooperativo e ato não cooperativo, ou seja, por meio da DSP pode-se ver o que é receita, despesa, sobra ou perda. Na Figura 8, consegue-se ver a DSP, da instituição tema da pesquisa, correspondente ao exercício de 2019.

Figura 8 - Demonstração de Sobras ou Perdas

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>53.520</b>	<b>-</b>	<b>53.520</b>	<b>96.180</b>	<b>15</b>	<b>96.195</b>	<b>66.486</b>	<b>2</b>	<b>66.488</b>
Operações de Crédito	51.280	-	51.280	92.934	15	92.949	63.828	2	63.830
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.240	-	2.240	3.246	-	3.246	2.658	-	2.658
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(25.479)</b>	<b>(55)</b>	<b>(25.534)</b>	<b>(48.818)</b>	<b>(105)</b>	<b>(48.923)</b>	<b>(35.428)</b>	<b>(86)</b>	<b>(35.514)</b>
Operações de Captação no Mercado	(14.259)	(55)	(14.314)	(27.118)	(105)	(27.223)	(23.521)	(86)	(23.607)
Operações de Empréstimos e Repasses	(911)	-	(911)	(1.835)	-	(1.835)	(1.612)	-	(1.612)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.309)	-	(10.309)	(19.865)	-	(19.865)	(10.295)	-	(10.295)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>28.041</b>	<b>(55)</b>	<b>27.986</b>	<b>47.362</b>	<b>(90)</b>	<b>47.272</b>	<b>31.058</b>	<b>(84)</b>	<b>30.974</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.374)</b>	<b>4.190</b>	<b>(11.184)</b>	<b>(22.628)</b>	<b>7.775</b>	<b>(14.853)</b>	<b>(12.443)</b>	<b>4.707</b>	<b>(7.736)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.702	9.398	16.100	13.394	18.438	31.832	12.346	14.368	26.714
Rendas de Tarifas Bancárias	5.960	-	5.960	11.240	-	11.240	9.377	-	9.377
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.608)	(1.827)	(16.435)	(26.794)	(3.513)	(30.307)	(22.181)	(2.987)	(25.168)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(13.920)	(2.405)	(16.325)	(25.300)	(4.672)	(29.972)	(20.389)	(4.357)	(24.746)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(68)	(599)	(667)	(152)	(1.063)	(1.215)	(86)	(911)	(997)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	11.829	592	12.421	25.257	475	25.732	27.184	338	27.522
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(11.269)	(969)	(12.238)	(20.273)	(1.890)	(22.163)	(18.694)	(1.744)	(20.438)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>12.667</b>	<b>4.135</b>	<b>16.802</b>	<b>24.734</b>	<b>7.685</b>	<b>32.419</b>	<b>18.615</b>	<b>4.623</b>	<b>23.238</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>34</b>	<b>(1)</b>	<b>33</b>	<b>12</b>	<b>(1)</b>	<b>11</b>	<b>(168)</b>	<b>46</b>	<b>(122)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>12.701</b>	<b>4.134</b>	<b>16.835</b>	<b>24.746</b>	<b>7.684</b>	<b>32.430</b>	<b>18.447</b>	<b>4.669</b>	<b>23.116</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(462)</b>	<b>(462)</b>	<b>-</b>	<b>(1.926)</b>	<b>(1.926)</b>	<b>-</b>	<b>(738)</b>	<b>(738)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(277)	(277)	-	(1.186)	(1.186)	-	(426)	(426)
Provisão para Contribuição Social	-	(185)	(185)	-	(740)	(740)	-	(312)	(312)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(1.824)</b>	<b>-</b>	<b>(1.824)</b>	<b>(3.429)</b>	<b>-</b>	<b>(3.429)</b>	<b>(2.604)</b>	<b>-</b>	<b>(2.604)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>10.877</b>	<b>3.672</b>	<b>14.549</b>	<b>21.317</b>	<b>5.758</b>	<b>27.075</b>	<b>15.843</b>	<b>3.931</b>	<b>19.774</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.758</b>	<b>(5.758)</b>	<b>-</b>	<b>3.931</b>	<b>(3.931)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>10.877</b>	<b>3.672</b>	<b>14.549</b>	<b>27.075</b>	<b>-</b>	<b>27.075</b>	<b>19.774</b>	<b>-</b>	<b>19.774</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23.040)</b>	<b>-</b>	<b>(23.040)</b>	<b>(16.821)</b>	<b>-</b>	<b>(16.821)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.554)	-	(2.554)	(2.514)	-	(2.514)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.120)	-	(1.120)	(820)	-	(820)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(14.569)	-	(14.569)	(10.663)	-	(10.663)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.108)	-	(2.108)	(855)	-	(855)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(2.689)	-	(2.689)	(1.969)	-	(1.969)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.035</b>	<b>-</b>	<b>4.035</b>	<b>2.953</b>	<b>-</b>	<b>2.953</b>

Fonte: Sicredi (2020a).

O valor destinado ao fundo de desenvolvimento social, por exemplo, é calculado sobre as sobras que a cooperativa teve no exercício anterior, quando, a partir disso, os associados decidem quanto será destinado para essa finalidade.

#### 4.2.6 Sobre o Relatório do Fundo de Desenvolvimento Social

O fundo de desenvolvimento social é um relatório não obrigatório, mas de caráter social fundamental. Por dele, é possível avaliar, de forma qualitativa e quantitativa, a contribuição da cooperativa para com a sociedade; e verificar quanto é devolvido para a comunidade. O relatório do fundo de desenvolvimento social detalha os investimentos por iniciativa, demonstrando a entidade beneficiada, o nome do projeto, o objetivo e o valor aprovado, assim como a cidade onde está situada. Na Figura 9, consegue-se ver um exemplo de como ele é apresentado:

Figura 9 - Relatório do Fundo de Desenvolvimento Social



Fonte: Sicredi (2020b).

Os associados deliberaram, em 2019, o valor de R\$ 492.000,00 para o fundo de desenvolvimento social, que fez parte do resultado da cooperativa no exercício anterior, onde mais de 67 mil pessoas foram beneficiadas. Para 2020, foi definido, nas assembleias de núcleo, que 3% do resultado de 2019 seriam destinados ao fundo de desenvolvimento social, totalizando R\$ 672.000,00. A partir do relatório, pode-se avaliar, em percentual, o quanto foi destinado por cidade, por iniciativas e por

entidades beneficiadas. No Gráfico 1 é apresentada a distribuição do fundo entre as nove cidades que a cooperativa tem atuação.

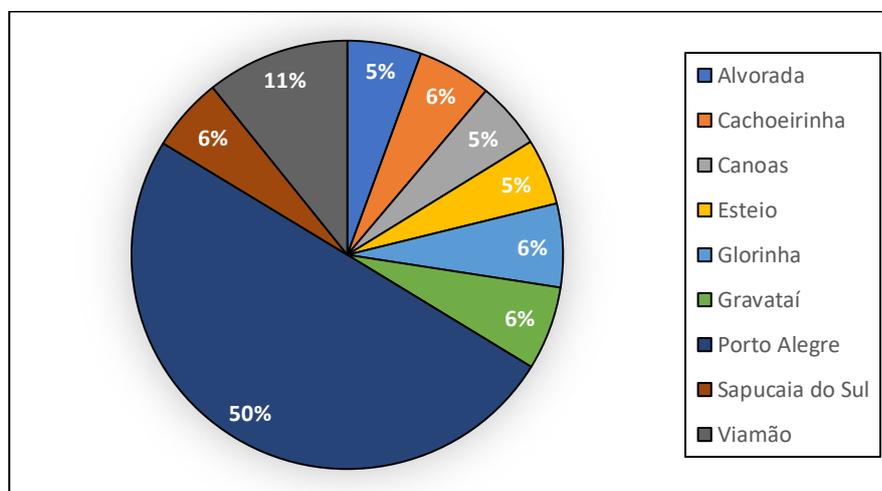


Gráfico 1 - Destinação por cidade  
Fonte: adaptado de Sicredi (2020b).

O Gráfico 2 demonstra como foi distribuído o fundo, classificando os projetos contemplados por iniciativas sociais. O Município de Porto Alegre ficou com uma fatia maior de recursos, por possuir um número de agências superior aos demais e por ter gerado sobras maiores.

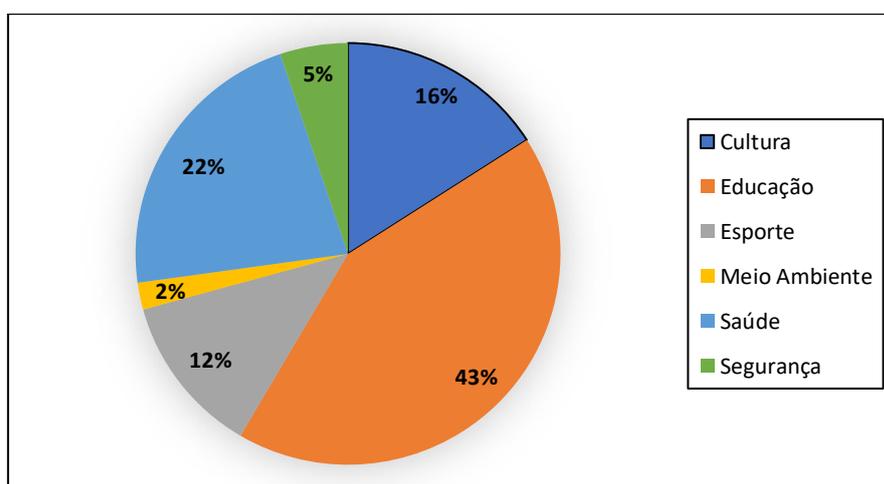


Gráfico 2 - Destinação por iniciativa  
Fonte: adaptado de Sicredi (2020b).

Em 2020, foram inscritos 146 projetos, dos quais 88 foram contemplados. No Gráfico 3, pode-se ver a distribuição por cidade onde a cooperativa está atuando.

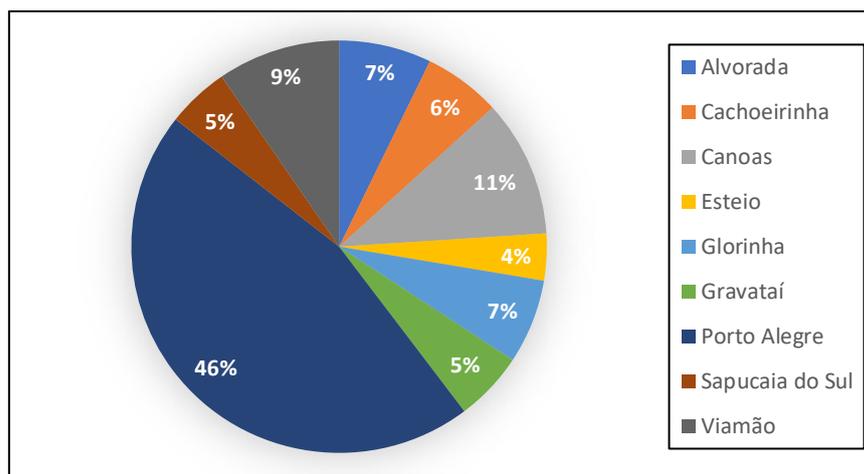


Gráfico 3 - Cidades por entidade  
Fonte: adaptado de Sicredi (2020b).

O projeto Música Sicredi na escola, da Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão, foi a entidade beneficiária que recebeu maior participação do fundo, totalizando R\$ 15.000,00. O projeto tem o objetivo de contratar oficinairos para ministrar as aulas de música nas escolas públicas do município de Viamão (SICREDI, 2020b). A Corrida pela Vida é um projeto do Instituto do Câncer Infantil, que mobiliza a comunidade sobre a luta contra o câncer infanto-juvenil, visando a arrecadação de recursos para manutenção do Centro Integrado de Apoio. A cooperativa situada na cidade de Porto Alegre recebeu R\$ 12.000,00 para a 26ª corrida, foi a segunda maior beneficiária do fundo de 2019 (SICREDI, 2020b).

#### 4.2.7 Sobre as Notas Explicativas

A nota explicativa, como o próprio nome diz, traz as explicações, ressalvas, contextualizações, detalhamento dos grupos de contas contábeis, são apresentadas de forma sintética no balanço e contêm demais informações que complementam o acesso à informação, de modo transparente, aos seus associados. O Quadro 2 expõe o contexto operacional das notas explicativas, denominado Nota 01.

## Quadro 2 - Nota 01

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 19/08/1967 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

Fonte: Sicredi (2020a).

Na próxima subseção, delinea-se sobre o parecer dos auditores independentes.

#### **4.2.8 Sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Além de ser um documento obrigatório para as entidades desse modelo de negócio, o parecer dos auditores independentes garante o princípio da informação fidedigna. Este é um documento importante, já que evidencia se a administração da cooperativa está seguindo os pronunciamentos contábeis e as demais legislações. No Quadro 3, consta o parecer do auditor independente aos administradores e associados:

## Quadro 3 - Parecer dos Auditores Independentes



**EY**  
Building a better  
working world

Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar - Chácara das Pedras  
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS**  
Porto Alegre/RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Fonte: Sicredi (2020a).

Na próxima subseção, encontra-se a conclusão desta pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

O papel de uma instituição financeira cooperativa para a sociedade foi contextualizado neste estudo mediante referências documentais e bibliográficas, por meio das quais se apresentou o impacto do cooperativismo de crédito no desenvolvimento socioeconômico do ambiente em que está inserida. Na análise de dados, tem-se os métodos e a estrutura organizacional dos agentes envolvidos na prestação de contas da Sicredi União Metropolitana RS, a qual adota todas as normas e recomendações das entidades regulamentadoras, das organizações de fomento ao cooperativismo no Brasil e do Sistema Sicredi.

A Sicredi União Metropolitana RS elabora, com totalidade, as demonstrações financeiras que a legislação vigente determina, assim como atende as recomendações dos órgãos do setor. O relatório anual está disponível no *site* eletrônico da instituição e, seguindo o Regulamento Pertencer, as demonstrações financeiras são apresentadas aos associados na assembleia de núcleo, que ocorrem anualmente e na assembleia geral da cooperativa.

O Sistema Sicredi elabora o relatório de sustentabilidade consolidado, que apresenta a conscientização dos impactos da operação de todas as cooperativas de crédito, trazendo, tanto para os usuários internos quanto para os externos, o senso crítico do valor agregado nas comunidades de atuação. Esta demonstração não é obrigatória, mas relevante para a avaliação de impacto social. A transparência na gestão é um dos valores na instituição tema deste estudo, e a exposição das informações contábeis relevantes aos associados é indubitavelmente clara.

A contabilidade gera informações que, com o gerenciamento dos dados divulgados, pode-se avaliar o valor agregado, as análises de eficiência, as apurações fiscais e gerenciais e as possíveis fraudes ou falhas. A legislação brasileira e os órgãos regulamentadores definem normas e leis com informações mínimas que devem ser divulgadas pelas instituições financeiras, assim como recomendações. Desta forma, conclui-se que os objetivos específicos propostos foram atendidos.

O primeiro objetivo foi contextualizar o papel de uma instituição financeira cooperativa na sociedade em que está inserida. Verificou-se o desempenho de um importante papel junto à comunidade onde atua, evidenciado pelo relatório do fundo social e de sustentabilidade. O segundo objetivo foi analisar a forma como é efetuada a prestação de contas da cooperativa e o relatório de gestão apresentado,

semestralmente. A Sicredi União Metropolitana RS entrega aos associados, administradores e demais agentes interessados as demonstrações financeiras que dão confiabilidade e transparência ao modelo de negócios, e sua governança corporativa cumpre as legislações vigentes.

O terceiro objetivo foi avaliar se a prestação de contas evidencia a real situação econômico-financeira da cooperativa. Constatou-se que as demonstrações contábeis são detalhadas pelo nível de relevância das informações. O quarto objetivo foi verificar se a cooperativa apresenta apenas as informações obrigatórias ou oportuniza outras informações aos seus associados. Encontrou-se, além das demonstrações obrigatórias, os relatórios das ações sociais realizadas pela cooperativa.

Dessa forma, o cooperativismo de crédito tem um crescimento substancial no Brasil, mas com baixa representatividade frente ao consumo de crédito. Muito se dá pela falta de conhecimento dos consumidores sobre o modelo de negócio, já que, de forma macro e microeconômica, é rentável para o desenvolvimento do indivíduo, da região em que está inserido e para o crescimento socioeconômico do país.

O associado, diferentemente do correntista de bancos tradicionais, é dono do negócio e tem o direito de participação ativa nas decisões de sua cooperativa. Logo, a contabilidade tem papel fundamental de instrumento social, fornecendo as variações patrimoniais da empresa e as demonstrações claras e precisas de toda a situação financeira de um determinado exercício, auxiliando no planejamento e na avaliação da empresa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Sérgio. Indicadores para avaliação de desempenho das Cooperativas de Crédito. **EasyCoop Cooperativismo em Revista**, [S. l.], [201-?]. Disponível em: <<http://www.cooperativismo.org.br/artigos/View.aspx?id=338>>. Acesso em: 18 out. 2020.

ALMEIDA, João Arthur. Sistema Financeiro Nacional: saiba o que é e como funciona o SFN. **Suno Artigos**, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/sistema-financeiro-nacional/>>. Acesso em: 20 jun.2020.

ARAÚJO, Luiz. Cooperativas de Crédito X Banco. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, out. 2017. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/2017/10/cooperativas-de-credito-x-banco/>>. Acesso em: 5 jun.2020.

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade básica**. Curitiba: e-Tec Brasil, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Circular nº 1.273**. Às Instituições Financeiras e demais Entidades Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília, 29 dez. 1987. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ\\_1273\\_v1\\_o.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, [201-?]b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **O que é cooperativa de crédito?** Brasília, [201-?]a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>>. Acesso em: 5 jun.2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Resolução nº 4.720, de 30 de maio de 2019**. Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 28-29, 3 jun. 2019. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lis ts/Normativos/Attachments/50768/Res\\_4720\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lis ts/Normativos/Attachments/50768/Res_4720_v1_O.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: 7 jun.2020.

BUELLER, Christian. Sicredi União Metropolitana divulga projetos contemplados pelo Fundo de Desenvolvimento Social. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/sicredi-uni%C3%A3o-metropolitana-divulga-projetos-contemplados-pelo-fundo-de-desenvolvimento-social-1.466065>>. Acesso em: 17 set. 2020.

CAMARGO, Renata. Análise Horizontal e Vertical das Demonstrações Financeiras: informações essenciais podem ser encontradas!. **Treasy**, 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/analise-horizontal-e-analise-vertical/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

CARVALHINHA, Paulo. Um sistema de governança corporativa bem estruturado apoia e incorpora o trabalho dos auditores. Entrevista. **Gestor Contábil**, São Paulo, n. 13, bimestral, 2015. Disponível em: <<https://crcsp.org.br/portal/publicacoes/gestor-contabil/edicao-13.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TE – Entidade Cooperativa**. 2016. Disponível em: <[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC\\_TE\\_Entidade-Cooperativa.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TE_Entidade-Cooperativa.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2020.

DIAS, Francisco. **Sistema Financeiro Nacional**. 4. ed. São Paulo: Fator Humano, 2005.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

FILARDI, Gustavo. Autoridades Monetárias. **Bússola do Investidor**, 13 abr. 2018. Disponível em: <[https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc\\_do\\_investidor/autoridades-monetarias/](https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/autoridades-monetarias/)>. Acesso em: 20 jun.2020.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições** 3ª ed., Brasília: SESCOOP, 2007.

GELBCKE, Ernesto *et al.* **Manual da Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades**: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON.  
**Princípios contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

JOCHEM, Laudelino. **Entidades sem fins lucrativos e sociedades cooperativas.** Curitiba: Conhecimento, 2018.

LIMA, Andréia. A Contabilidade nas sociedades cooperativas e nas sociedades empresárias. *In*: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE SANTA MARIA, 1., 2005, Santa Maria. **Anais ...** Santa Maria: [s.n.], 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACÊDO, João *et al.* **Informação Contábil: Usuário Interno, Externo e o Conflito Distributivo.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

NARDI, Bruno. Planilha Análise horizontal e Vertical – Exemplo Balanço Patrimonial. **Excel Solução**, [201-?]. Disponível em: <<https://excelsolucao.com.br/planilha-excel-download-gratis/planilha-analise-horizontal-vertical-exemplo-balanco/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OTT, Ernani. **Técnicas de pesquisa em contabilidade.** São Leopoldo: UNISINOS, 2012.

PADOVEZE, Clóvis. **Contabilidade gerencial.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PORTO, Selomi; FERREIRA, Marinilde. **Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico:** uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária – Solicred Benjamin Constant/AM. 5. ed. Bahia: RGS, 2014.

SICREDI. **Regulamento - Pertencer.** Porto Alegre: Sicredi, 2019. Uso Interno.

SICREDI. **Relatório Anual.** Porto Alegre: Sicredi União Metropolitana RS, 2020a. Disponível em: <[https://www.sicredi.com.br/html/uniaometropolitana/relatorios/arquivos/sicredi\\_relatorio\\_anual\\_2019\\_completo.pdf](https://www.sicredi.com.br/html/uniaometropolitana/relatorios/arquivos/sicredi_relatorio_anual_2019_completo.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2020.

SICREDI. **Relatório 2019.** Porto Alegre: Sicredi União Metropolitana RS, 2020b. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/uniao->

metropolitana/relatorios/arquivos/relatorio-fundo-de-desenvolvimento-social-2019.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS. **Sobre a cooperativa**. Porto Alegre, [201-?]. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/uniao-metropolitana/sobre/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SILVA, Edna; MENEZES, Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

SISTEMA OCB. **Manual de boas práticas de governança cooperativa**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.ocesc.org.br/documentos/manual\\_boas\\_praticas.pdf](http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SISTEMA OCB. **Orientações gerais sobre relatório de gestão da cooperativa**. 2010. Disponível em: <[http://www.ocbes.coop.br/ocb/integracao\\_cooperativista/bannerparasite/2010/manual\\_concocacao\\_2010/RELATORIO\\_GESTAO\\_2.pdf](http://www.ocbes.coop.br/ocb/integracao_cooperativista/bannerparasite/2010/manual_concocacao_2010/RELATORIO_GESTAO_2.pdf)>. Acesso em: 20 jun.2020.

TOMBINI, Alexandre. **O que é cooperativa de crédito?**. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp?idpai=SFNCOMP&frame=1>>. Acesso em: 27 maio 2020.

WAINBERG, Rodrigo. Patrimônio líquido: entenda o que é e como analisar esse indicador. **Suno Artigos**, 22 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/patrimonio-liquido/>>. Acesso em: 21 jun.2020.